

# Mudanças no centro da cidade: apropriações e novos usos

*Ivanilda Aparecida Andrade Junqueira*

Doutoranda em História pela Universidade Federal de Uberlândia. Profa. da Faculdade Católica de Uberlândia.  
ivanildaj@yahoo.com.br

## **Resumo:**

Este estudo procura analisar alguns aspectos que foram significativos no processo de transformações ocorrido na Praça XV de Novembro, situada em Prata, Minas Gerais.

**Palavras-Chave:** História Social. Preservação. Paisagem Urbana.

## **Abstract**

This dissertation aims at analyzing some meaningful aspects related to the transformations that occurred at the “Praça XV de Novembro” (XV of November Square), located in the city of Prata, Minas Gerais State.

**Keywords:** Social History. Heritage. Urban Landscape.

---

“As cidades são processos, não museus, não há como conhecê-las definitivamente, serão sempre objeto de investigação. Não só recebem elementos novos, mas também alteram-se os antigos e as relações entre eles”.

Maria Beatriz Setúbal de Rezende Silva-2002.

A Praça XV de Novembro situada em Prata, Minas Gerais, tem seu espaço permeado pelas relações que se desdobram de acordo com as vivências de seus usuários sendo as mesmas de ordem econômica, política ou de criação cultural. Ela se localiza no centro da cidade e, conforme nos diz Jérôme Monnet, acaba por se tornar um “*lugar comum*” pois ao mesmo tempo em que é partilhada fisicamente é também um símbolo da participação em uma comunidade urbana. Cada ator social aciona uma estratégia de controle desse espaço procurando usufruir, da melhor maneira possível, das vantagens que o local pode lhe oferecer.

Este estudo abordará alguns aspectos que foram significativos no processo de transformação ali ocorrido, principalmente, nos períodos em que se inseriram as duas reformas que remodelaram totalmente seu espaço físico, em 1937 e em 1967.

Nesses dois contextos houve a disseminação de discursos voltados para o desenvolvimentismo e o anseio pelo progresso numa tentativa de justificar, junto à população, a necessidade de criar uma imagem de cidade próspera e desenvolvida. Pretendeu-se ainda, compreender como os frequentadores vivenciaram essas mudanças, ou até que ponto interferiram nos novos modos de utilização que lhe foram atribuídos. Nelson Saldanha<sup>1</sup> define a praça:

como um espaço amplo, que se abre, na estrutura interna das cidades, como uma confluência de ruas, ou de qualquer sorte uma interrupção nos blocos edificados. Um espaço onde em geral se encontram árvores, bancos, eventualmente monumentos, em alguns casos pequenos lagos artificiais. (...) a praça integra organicamente o conjunto formado pela cidade, mas ao mesmo tempo “está” nele como um espaço – quase uma clareira – surgido pelo distanciamento entre determinadas porções construídas. A praça “nega” a continuidade das edificações, mas ao mesmo tempo ela é, em certo sentido, a essência da cidade.

---

<sup>1</sup> SALDANHA, Nelson. *O Jardim e a Praça: o privado e o público na vida social e histórica*. São Paulo: EDUSP, 1993, p. 13.

A idéia de praça esboçada por Saldanha, também se encontra presente na narrativa de Cícero<sup>2</sup>:

A praça, para mim, tem um significado especial porque era um local de convivência, onde ao entardecer me encontrava com os amigos para as brincadeiras da minha meninice. Quando jovem, o lugar apropriado para as conversas e as paqueras. Quando adulto, para lá sempre me dirigia passeando com meus filhos e minha esposa depois de um dia de trabalho. <sup>3</sup>

As mesmas características e finalidades ressaltadas por Saldanha, também o são por Cícero, principalmente se observarmos algumas práticas que ali ainda ocorrem. Percebe-se que apesar de ter perdido um pouco a sua função como local de lazer e sociabilidade, em determinadas épocas do ano ela volta a servir de atrativo para seus frequentadores. A realização do Carnaval de rua é um exemplo a ser citado. Durante esse evento, além de seus moradores, a cidade recebe visitantes de outras localidades, alguns deles, filhos da “terra” que se mudaram para outras paragens em busca de realização profissional ou outras oportunidades oferecidas pelos centros urbanos mais desenvolvidos. Nas férias do mês de julho são montadas “barraquinhas” durante a festa da padroeira. Em janeiro é a vez de se louvar São Sebastião. São realizadas novenas na Igreja Matriz cuja culminância são as procissões e a queima de fogos. Práticas de sociabilidade, lazer e trabalho permeiam as relações que se desdobram naquele ambiente.

Contudo, fazendo uma retrospectiva dos últimos quarenta anos, é possível acompanhar as transformações no cotidiano da população pratense, principalmente se levarmos em consideração a influência que os avanços tecnológicos exerceram no seu desenrolar. Desses adventos, o que mais influenciou a mudança de hábitos entre as pessoas foi a televisão. Antes que o primeiro aparelho de TV fosse instalado na cidade, o lazer era diversificado. O cinema que se localizava defronte a praça, na quadra

oeste, encontrava-se sempre lotado nas sessões de final de semana; os passeios pelas calçadas adquiriam um sabor especial para rapazes e moças que aproveitavam esses momentos para entabularem uma conversa. O depoimento do Prof. Virgílio nos serve como exemplo desse hábito. Ele nos conta o início do seu namoro no ano de 1948:

O cinema também tem história. Tinha o Hotel Brasil... e as mocinhas ficavam fazendo “footing” pra lá e pra cá... desfilando... e os rapazes ficavam parados apreciando. De vez em quando saía até namoro, inclusive o meu! Começou no “footing”. Eu me lembro como se fosse hoje. De repente ela começou a me olhar... aí a minha irmã perguntou se tinha um lugarzinho do lado dela para mim, e então começou. Mas era preciso que uma pessoa intermediasse. Não podíamos abordá-las, não! Eu me lembro bem! Foi no dia 26 de junho de 1948! Meu primeiro e único amor!<sup>4</sup>

Durante uma determinada época, o passeio ideal se resumia no ir e voltar de uma esquina a outra na calçada do cinema, por isso, quando os jovens decidiam marcar o local de encontro com amigos, alguém logo respondia: “na porta do cinema!”

Quanto às festas religiosas que se realizavam na Igreja Matriz localizada na quadra leste da praça, lembro-me que a população da zona rural chegava “em peso” à cidade com o intuito de participarem das procissões e barraquinhas. Esperávamos ansiosos pela chegada dos tios e primos, os quais traziam sempre na “capanga” um queijo saboroso ou um pote de doce com que nos regalávamos em poucos minutos. Então, a cidade, de pacata que era, transformava-se gerando um grande alvoroço. Uma destas festas foi marcante na minha infância. Tia Elza<sup>5</sup> veio da fazenda para ir à procissão e me levou com ela. Lembro-me que, na escadaria da “Igreja Velha”, nos meus sete anos, não me continha diante da expectativa de ver jorrar as águas coloridas da fonte luminosa recém inaugurada. Era o ano de 1967. Correr ao redor da fonte e sentir no rosto as

<sup>2</sup> Cícero Alves Junqueira, 47. Entrevistado em 24/06/2004.

<sup>3</sup> *Idem*.

<sup>4</sup> Virgílio Mamede Minucci. Entrevistado em 06/06/2004.

<sup>5</sup> Elza Oliveira, 78. Casada com José Bento de Oliveira, tio da autora. Reside no município de Comendador Gomes, Minas Gerais, na zona rural.

gotas que fugiam dos espirais e jatos d'água seguindo a direção do vento, proporcionava uma sensação de felicidade. Esse veio a ser o passatempo preferido da criançada por um bom tempo.

O Prata Clube, localizado na esquina da praça, era o local preferido da juventude em todas as épocas até ser desativado e abandonado. Os bailes e brincadeiras dançantes que ali ocorriam levavam aos seus salões grande parte da sociedade pratense em busca de entretenimento e diversão. Assistir aos shows de calouros tornou-se o programa de final de semana dos moradores dos bairros mais afastados do centro da cidade.

Conforme ocorreu o desenvolvimento da cidade, novos elementos surgiram na composição da paisagem urbana, antigos hábitos se transformaram modificando as relações de sociabilidade que aconteciam no espaço da praça. Então, ao considerarmos a epígrafe no início deste capítulo, podemos pensar a cidade como obra de infundável reconstrução, seja pela ação dos administradores ou pela ação das pessoas que nela vivem. As histórias são variadas e as interpretações diversas. Assim, para contar a história da praça XV de Novembro optei por traçar, inicialmente, um rápido panorama da cidade que a abriga.

Em 27 de abril de 1854, pela lei provincial nº 668, a povoação se firma com o nome de Vila do Prata, mas somente em 15 de novembro de 1873, pela lei provincial nº 2002, fica criado o município do Prata, cujo desenvolvimento é calcado na “*herança rural*”<sup>6</sup> que predomina na cidade até os dias atuais. Neste sentido Holanda nos diz que, apesar de os colonizadores portugueses não haverem instaurado uma civilização agrícola durante a colonização do Brasil, a civilização que se formou se apoiou em “raízes rurais”. A economia pratense firma-se, principalmente, na agropecuária e há pouquíssimos investimentos no setor industrial e o processo de urbanização da cidade foi, e continua sendo lento. Prova disso é que no ano de 1937 a Câmara Municipal aprovou um projeto de lei que proporcionava um bônus de cinco anos de isenção de impostos ao cidadão que construísse pelo menos cinco casas no perímetro urbano<sup>7</sup>. Esta foi uma das maneiras encontradas pela administração vigente

para incentivar o crescimento da cidade que, mesmo de forma lenta, se desencadeava aos pés de um acidente geográfico localizado a oeste do centro da cidade: dois morros denominados Morrinhos Seios de Moça, os quais servem de inspiração, ainda hoje, para alguns poetas pratenses que relembram carinhosamente os tempos em que ali viveram, como nos mostra os versos escritos por João Edson de Melo:

Minha terra é tão pequena, tão pequena,  
Que, se eu quiser, poderei envolvê-la num abraço.  
E ela ficará, inteirinha, com seu povo,  
Dentro dos meus braços.  
Mas é bastante engraçadinha!  
Ela é assim como as cousas, que têm graça  
Unicamente porque são pequenas.

Minha terra tem um jeito de agradar!  
Não houve ainda ninguém, que, a tendo visitado,  
Não voltasse, depois, só para a ver, de novo.

Minha terra é morena!  
Não tem um céu nem tem um mar, nos olhos,  
Nem possui no cabelo, um ninho louro, para  
sonhos inocentes.  
Ela é morena!  
O sol queimou-lhe o sangue, quando  
viu queimar-lhe e amorenar-lhe as faces.  
Por isso é que seu sangue, antes do amor chegar,  
Já está queimando.

Minha terra é simples!  
Apenas põe na mesa, o pão, que lhe é bastante,  
E emprega o resto, que lhe sobra,  
Para matar a fome dos seus pobres.

Minha terra é tal, como eu queria que ela fosse!  
O seu futuro está marcado  
Na direção do morro que o senhor  
Colocou  
Em cima de sua serra,  
Como um dedo profético, apontando para o alto.

Mas a minha terra é mais do que tudo isso para  
mim:

<sup>6</sup> HOLANDA, Sérgio Buarque de. *Raízes do Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 1995, p. 73.

<sup>7</sup> Essa informação consta no Livro de Ata referente ao período de 1936/1938, p. 97.

É minha terra!<sup>8</sup>

Na poesia, o autor canta a sua terra que, mesmo pequena é como ele queria que fosse. Fala do jeito agradável com que o povo pratense sempre recebeu aqueles que o visitavam. Essa cordialidade também é ressaltada por um outro escritor, o médico Carlos Roberto Caliento<sup>9</sup> que, mesmo não sendo pratense por nascimento, mas por ter vivido naquela cidade exercendo sua profissão na década de 1960, também escreveu um livro, “Anotações de um clínico apaixonado”, no qual conta vários casos ocorridos durante sua estadia ali. A partir de suas “anotações” foi possível entrever um pouco a faceta da sociedade com a qual ele convivia. Alguns costumes daquela localidade são relatados por Caliento e nos coloca em contato com o modo de vida dos moradores das pequenas cidades do interior.

Contudo, é preciso ressaltar que essa sociedade não era tão harmônica como aparece no livro de Caliento e que essa cordialidade era relativa, pois, para ser merecedor dela, o recém-chegado teria que pertencer a uma classe social mais elevada. O tratamento não era o mesmo em si tratando de uma pessoa de baixa renda. Com referência a esse aspecto e, analisando a conjuntura sócio-econômica do

Brasil, podemos perceber que esta não era uma peculiaridade presente apenas na cidade do Prata, mas de todo o país, sendo que a distinção de classes e a aceitação dos membros em determinados círculos sociais era, e ainda é, calcada principalmente na situação financeira apresentada. Conseqüentemente, esse aspecto aparece como fator excludente responsável por dividir a sociedade entre ricos e pobres sendo que, o poder político e social, se concentra sempre nas mãos daqueles que possuem condições sócio-econômicas mais elevadas. Então, podemos dizer que essa sociedade “harmônica” voltada para a cordialidade anfitriã acabava por escamotear a multiplicidade dos sujeitos sociais que a compunham.

Essa terra, desde a sua fundação abriga na sua área central, a Praça XV de Novembro e, ao levarmos em conta o que nos diz Sérgio Buarque de Holanda sobre o traçado dos centros urbanos na América Espanhola, podemos perceber que algumas características se assemelham. Segundo o autor:

a praça servia de base para o traçado das ruas: as quatro principais saíam do centro de cada face da praça. De cada ângulo saíam mais duas, havendo o cuidado de que os quatro ângulos olhassem para os quatro ventos.<sup>10</sup>



FIGURA 1: Mapa da cidade do Prata.

Fonte: Instituto Estadual do Patrimônio Histórico e Artístico de Minas Gerais. Belo Horizonte, 2003.

<sup>8</sup> Poesia publicada no Jornal Cidade do Prata de 21/03/1934, p.03. João Edson de Melo foi um dos fundadores do jornal e um dos donos do Cine Prata.

<sup>9</sup> CALIENTO, Carlos Roberto. *Anotações de um Clínico Apaixonado*. 1ª Ed. Ribeirão Preto: São Francisco Gráfica e Editora Ltda, 2003, p. 23.

<sup>10</sup> HOLANDA, Sérgio Buarque de. *Op. cit.*, p. 97.

Ao observarmos o mapa da FIG. 1, constatamos que tais características ali se encontram presentes. As principais vias de acesso para aquele que chega à cidade por qualquer das rodovias converge para a praça.

A sua primeira denominação, Largo da Matriz, foi sendo modificada ao longo do tempo de acordo com o interesse das administrações que se sucediam. Sendo assim, em 27 de abril de 1854 nomearam-na Praça Municipal devido à elevação do arraial à vila pela lei n.º68.

Em homenagem ao governador mineiro Dr. Afonso Pena, cujo mandato refere-se ao período de 1891/1893, o executivo pratense lhe deu o nome de Praça Afonso Pena. Em 1908 foi modificado para Praça Francisco Sales, na gestão do Cel Emídio Marques, numa homenagem feita ao 5º governador de Minas Gerais, o Sr. Campos Sales. De acordo com Dr. Geraldo:

A Praça do Chafariz foi construída de maneira bem simples. Havia um coreto e aos seus pés, um chafariz<sup>11</sup>. A arborização era composta por eucaliptos enormes, imensos... e se tornava interessante porque era uma espécie de Horto Florestal em pleno centro da cidade. Ao que nós sabemos, o primeiro chafariz da praça foi construído por volta de 1908, quando era intendente aqui na cidade, o meu tio, Cel. Astolfo Bitencourt. Há um fato interessante ligado à inauguração desse chafariz. É que naquela tarde, tudo correu muito bem, mas, à noite, quando foram inaugurar os serviços de luz que foi feito pelo meu tio; na hora dos discursos... as autoridades todas presentes.... houve uma pane no serviço de luz e a cidade ficou toda às escuras (risos), voltando depois de um certo tempo. Esse é um fato pitoresco que pertence à história da nossa cidade.<sup>12</sup>

Em 1939, depois de uma reforma total em seu traçado original em que ocorre a demolição do Chafariz e do Coreto e o desmatamento do bosque de eucaliptos que ali existia para dar lugar à construção

de dois caramanchões, passou a se chamar Praça Fernando Terra em homenagem ao político Fernando Garcia da Rosa Terra, natural de Uberaba e que havia sido intendente na cidade do Prata.

Finalmente, recebe a denominação de Praça XV de Novembro na administração do prefeito, Mário Néry, cujo mandato se estendeu de 1967 a 1971. Tal denominação também se modifica depois de sua total remodelação, quando os caramanchões foram demolidos cedendo seu espaço para a fonte luminosa que ainda hoje permanece como elemento ornamental, e ao seu redor foram instalados vários quiosques comerciais transformando seu espaço físico.

Observando outras praças principalmente nas grandes cidades, vemos que a instalação de quiosques comerciais, como ocorre em Prata, é uma característica que se tornou comum na atualidade. Essa realidade é resultante da conjuntura de crise pela qual o país passa e que é ocasionada pela insegurança da política econômica vigente ou pelos vários planos econômicos implementados ao longo de todos esses anos. Devido a essa crise, algumas pessoas não conseguem trabalho no setor formal. Essa população sofrida, que é submetida aos desmandos da política local e nacional, parte para a informalidade buscando uma maneira de suprir suas necessidades básicas de sobrevivência. É nessa conjuntura de crise que essas pessoas vão articular suas práticas de vida.

Para compreender essa questão do trabalhador informal no espaço da praça, procurei conhecer as regras que norteiam a utilização desses espaços públicos por esses trabalhadores e, após algumas investigações, pude concluir que, tais regras são diferenciadas. Em relação aos motoristas de táxi, segundo o depoimento de Américo Souza Arantes, “Leco”<sup>13</sup>, um taxista que trabalha na praça há mais de dez anos, o regulamento constitui no seguinte:

A minha trajetória de taxista aqui na praça aconteceu em duas etapas. A primeira foi em 1977, fiquei um ano e abandonei a carreira. Quando foi em 1994, eu comecei novamente. Faz dez anos que eu sou taxista e sempre trabalhei

<sup>11</sup> Havia chafarizes construídos em outros bairros e sua principal função era abastecer a população de água potável, pois, naquela época não existia água encanada na cidade. Devido à presença desse elemento arquitetônico, as pessoas referiam-se à Praça XV de Novembro como Praça do Chafariz.

<sup>12</sup> Geraldo de Castro Novais, 78. Entrevistado em 11/01/2003.

<sup>13</sup> Américo de Souza Arantes, 55. Entrevistado em 20/07/2004.

aqui na praça. Eu comprei o ponto de táxi, porque funciona assim: pra você adquirir um ponto de táxi, você tem que comprar de terceiros, né? Porque a Prefeitura não está mais fazendo leilão de placas. Quando está faltando táxis na cidade, faz um pedido pro prefeito, que encaminha o pedido pra Câmara e a Câmara põe tantas placas à disposição do povo e faz a licitação. Como não está precisando de táxi, porque táxi tá até sobrando, então a gente tem que comprar de terceiros, com eu fiz. Comprei o ponto do Zé Vieira, que foi taxista aqui por mais de trinta anos. Comprei o ponto dele e coloquei o táxi que trabalho com ele até hoje, aqui na Praça XV de Novembro.<sup>14</sup>

O serviço de táxi possui tradição ali e, segundo Leco, além de ser o seu local de trabalho também é onde convive com os amigos debatendo sobre os assuntos políticos locais. Ele diz que:

Como retorno financeiro, foi muito bom... foi muito bom! Antes de vir esse moto-táxi pra cidade. Pra trás tava bom. Eu trabalho pra seguradora. Quando dá um acidente na rodovia, eu levo o passageiro pro destino dele. O guincho leva o carro e eu levo os passageiros para o destino que elas estavam indo. Mas dentro da cidade, tá muito fraco o movimento. As moto-táxi que entraram tirou o ganha-pão.<sup>15</sup>

Quando o assunto é política, no entanto, Leco se empolga. Diz que já se candidatou por três vezes a vereador e perdeu nas três:

Inclusive eu falo até que nasci pra votar e não ser votado." (risos) É, aqui a gente vai criando amizades com o tempo. Eu gosto duma política. Quando o candidato é da cooperativa, eu tô junto... quando é do sindicato, eu tô junto... da prefeitura, tô junto. Pra deputado também, eu tô sempre trabalhando pra eles. Então eu adquiri amizade com aquele povo que envolve com a

gente também. Por isso, se eu estou aqui... eles vêm sempre pra conversar comigo. Eu não estando, eles não vêm, porque eu dou mais liberdade pra eles quanto a esse assunto e os outros taxistas não gostam muito disso.<sup>16</sup>

A relação de Leco com a política ajuda a compor a história da cidade. Quando se realizam eleições, ele sempre se coloca a favor de um candidato a ponto de apostar dinheiro na sua vitória. Já perdeu somas altas com elas, mas afirma que faz isso porque "entusiasma a gente mais... pra trabalhar pro candidato. Quando ganha o prefeito que você está apoiando, você ainda ganha aquela beradinha. Mas quando a gente perde também, é ruim, né?"<sup>17</sup>

No caso do Leco, podemos dizer que, além de taxista, ele também exerce a função de cabo eleitoral com ponto fixo na Praça XV de Novembro e já é considerado uma figura pitoresca naquele local. Para ele, além de ser o local de trabalho, é também onde ele se reúne com os amigos para discutir assuntos políticos, contar casos e se divertir. Ele consegue atrair para o seu redor uma clientela considerável e fiel, pois alguns para lá se dirigem diariamente buscando se inteirar das novidades, e então, a praça cede seu espaço para que se desenvolvam ali relações de convivência que antes eram restritas ao âmbito do espaço privado. Sobre as características do espaço público Hannah Arendt ressalta que, desse modo, ele passa a construir um "mundo comum entre os homens"<sup>18</sup>.

Para Arendt, a história do mundo moderno poderia ser descrita como a história da dissolução do espaço público o que, conseqüentemente, levou à perda de um mundo comum. Esse fato acabou resultando na privação de um mundo compartilhado de significados onde as ações e palavras de cada um eram formadoras de uma história comum. Contrapondo-se ao panorama descrito por Arendt, surge a figura do taxista Leco, que fez da Praça XV de Novembro o local onde se desenrola sua vida pública. Esse local adquire uma importância significativa no seu cotidiano, principalmente no

<sup>14</sup> *Idem.*

<sup>15</sup> Américo de Souza Arantes. Depoimento citado

<sup>16</sup> *Idem.*

<sup>17</sup> *Idem.*

<sup>18</sup> ARENDT, Hannah. *A Condição Humana*. Rio de Janeiro: Forense, 1981, p. 59-60.

que diz respeito à prática de influência na esfera pública. Segundo suas palavras, com o decorrer do tempo ele foi desenvolvendo laços de amizade com as pessoas que passaram a frequentar o ponto de Táxi interessadas nos debates políticos que ali ocorrem. Para ele, isso se deve ao seu “gosto por política”. Por estar sempre inteirado dos embates nas campanhas eleitorais, acredita que ao expor sua opinião num espaço de visibilidade pública, pode influenciar algumas pessoas quanto ao seu poder de voto, contribuindo assim, para o “desenvolvimento da cidade”. Neste sentido, Arendt salienta que:

a aparência – aquilo que é visto e ouvido pelos outros e por nós mesmos – constitui a realidade. Em comparação com a realidade que decorre do fato de algo que é visto e executado [...] A realidade da esfera pública conta com a presença simultânea de inúmeros aspectos e perspectivas nos quais o mundo comum se apresenta e para os quais nenhuma medida ou denominador comum pode jamais ser inventado [...] Ser visto e ouvido por outros é importante pelo fato de que todos vêem e ouvem de ângulos diferentes. É esse o significado da vida pública.<sup>19</sup>

Então, podemos pensar que as ações de Leco contribuem para articular os indivíduos em torno daquilo que eles julgam como interesses comuns que são a base para a construção de um mundo comum, o qual é resultado dessas práticas de sociabilidade que só o espaço público pode proporcionar. No entanto, na construção desse mundo, a pluralidade dos pontos de vista não devem ser deixadas de lado, mas, devem servir de ponto de partida para reflexões que busquem alcançar objetivos comuns. Somente por meio da experiência da pluralidade é que o mundo pode se constituir “*como medida que transcende a vida pessoal de cada um*”.

A Praça XV de Novembro se localiza no centro da cidade e, conforme nos diz Jérôme Monnet, ela acaba por se tornar um “*lugar comum*”<sup>20</sup> pois ao mesmo tempo em que é compartilhado fisicamente é também um símbolo da participação em uma comunidade

urbana. Cada ator social, cada grupo de interesse aciona uma estratégia de controle desse espaço procurando usufruir as vantagens que o local pode lhe oferecer da melhor maneira possível:

O centro da cidade é um ‘lugar comum’, ou seja, ao mesmo tempo compartilhado fisicamente e um símbolo da participação em uma comunidade urbana (regional ou nacional, no caso dos centros administrativos e das capitais). Os animadores culturais, os comerciantes, os turistas, os habitantes, os poderes públicos, cada um no que lhe concerne, intervêm para tirar melhor proveito da cidade. Mas uma dimensão essencial do centro é justamente ser vivido como um espaço de confronto, de contato, de mistura, enquanto as estratégias de certos atores podem tender a uma apropriação exclusiva do centro em detrimento dos usos e representações sociais do centro que o institui como tal e lhe dá valor econômico, cultural e político que leva cada ator a se apropriar dele, correndo o risco de aboli-lo como centro<sup>21</sup>.

Os novos usos atribuídos à Praça XV de Novembro encontram-se em conformidade com as características expostas pelo autor, pois, quando a discussão é direcionada para o conflito que surge quanto à legitimidade do ocupante do centro – se o comércio ambulante ou o patrimônio – percebe-se uma articulação dos políticos que tratam o patrimônio como um instrumento de mobilização nacionalista e de legitimação de poder. A postura do poder público com esta atitude pode ser caracterizada como uma prática de clientelismo, pois, em relação aos quiosques a regra é diferente da adotada para os taxistas. Para instalar-se naquele espaço público, o usuário necessita apenas pagar um alvará e uma pequena taxa de utilização do terreno.

Contudo, pode-se considerar também que o comércio ambulante é uma consequência da insegurança econômica e social decorrente da instabilidade econômica, a qual, não é responsável apenas por atrair o trabalho informal para a praça,

<sup>19</sup> *Idem*, p. 59-60-67.

<sup>20</sup> MONNET, Jérôme. O Álbi do Patrimônio: crise, gestão urbana e nostalgia do passado. *Revista do Patrimônio Histórico Artístico Nacional*, RJ, n. 20, p. 227, 1991.

<sup>21</sup> *Idem*, p. 227.

mas também, pelas transformações que ocorrem em relação aos estabelecimentos comerciais que se localizam no seu entorno. Procurando se adaptar às várias medidas que são tomadas pelos governos que se alternam, alguns cidadãos promovem uma substituição das atividades comerciais.

A conjuntura econômica instável do país levou os trabalhadores a buscarem novas formas de adaptação à realidade e, segundo os depoimentos, também é essa a causa que incentivou os trabalhadores informais a buscarem o espaço da praça como alternativa de fonte de renda. Antes dos quiosques serem instalados no referido local, o comércio de bebida se realizava em alguns bares localizados no seu entorno. Um deles oferece até hoje, praticamente os mesmos serviços de outrora: o Bar Caiçara situado na esquina noroeste da praça. Segundo Amador, antigamente:

o movimento era concentrado somente no nosso bar. Hoje eu fico pensando... como é que cabia, né? O retorno financeiro era muito bom! Hoje o Sérgio<sup>22</sup> ta com dificuldade pra manter o bar, lá. Naquela época, éramos nós dois, dava pra gente manter e ainda fazer alguma coisa. Hoje mudou muito, o comércio caiu demais!<sup>23</sup>

O depoente foi um dos donos do Bar Caiçara por 25 anos e se diz testemunha de duas épocas da Praça XV de Novembro:

Eu vi uma época e vi outra época que é a de hoje, né? Nesses vinte e cinco anos, o que eu vejo é um pouco... lembranças do passado... um povo mais pacífico, a praça mais calma, tudo acontecendo em função da praça. Eu sinto saudade daquela praça antiga..., daquela época. Hoje eu vejo um povo mais voltado para o materialismo, uma correria danada, ninguém conversa, ninguém se fala. O pessoal ta mais voltado pro trabalho... chega uma determinada hora que tudo morre lá na praça, acaba o movimento. Ninguém senta mais nos bancos pra jogar conversa fora. Tem movimento no horário em que os bancos ficam

abertos, a prefeitura funciona... Depois o movimento vai tudo lá pra cima. De vez em quando você passa lá, por volta das dez horas, e dá até uma tristeza, sabe? De ver o que era antes e o que é hoje.<sup>24</sup>

O depoimento acima nos levou a questionar a política salarial adotada pelo governo nas últimas décadas. Várias categorias do funcionalismo público e privado se vêem sem aumento há pelo menos dez anos. Contudo, o custo de vida continuou aumentando. Os reajustes aplicados na tabela dos derivados de petróleo desencadeou, automaticamente, o aumento de outros gêneros de subsistência e sendo assim, o trabalhador, para conseguir sobreviver se viu obrigado a aumentar a carga horária de trabalho, assumindo mais que um emprego. A correria decorrente dessa aceleração da “vida moderna” fez com que as pessoas reservassem cada vez menos tempo para a prática de atividades de lazer. Como consequência disso ocorreu o esvaziamento do espaço público.

É necessário ressaltar ainda que houve uma mudança no conceito de tempo que, devido à sua mundialização, não apresenta mais o mesmo significado. No passado, o tempo era determinado pelas estações de plantio e com a Revolução Industrial surgiu a determinação de horários para produção e a popularização do relógio. Hoje, o tempo não está mais limitado ao local em que se vive, mas tornou-se mundial. Nas últimas décadas, devido à revolução tecnológica que ocorre de modo acelerado, o homem se vê conduzido a uma metamorfose nos modos de pensar, de organizar e de produzir.

Denize Bernuzzi de Sant’Anna, nos mostra que a questão da utilização do tempo livre para o lazer é uma reivindicação antiga da classe trabalhadora, que, na maioria das vezes, é atingida pela redução desse tempo, ocasionada pelas fraudes às leis que lhes asseguravam esse direito. Ela salienta que, além da redução do tempo livre, o arrocho salarial também é uma das causas responsáveis pelo acesso de poucos às férias, ao lazer, transformando-os em artigos de luxo:

<sup>22</sup> Sérgio Luiz Felisbino. Atualmente é o único dono do Bar Caiçara.

<sup>23</sup> Amador Vieira Arantes, 51. Entrevistado em 21/07/2004.

<sup>24</sup> *Idem*.



essa redução tende a inserir o tempo livre no terreno do sonho, da utopia e envolvê-lo numa aura atraente e redentora; transforma-se num tempo ansiosamente esperado na medida em que é massacrado pelo tempo de trabalho. Por conseguinte, a redenção de todos os sacrifícios pelo tempo livre e pelo usufruto do lazer tem como contraponto a identificação do trabalho a tudo aquilo que é rotineiro, penoso, obrigatório, já que neste se torna cada vez mais difícil ter prazer e, por isso, muito mais comum adiá-lo e depositá-lo no tempo livre.<sup>25</sup>

Sant'Anna argumenta que, à medida que o prazer é banido do tempo de trabalho, a expectativa em torno dos finais de semana e férias aumenta devido à busca por um "lugar de direito" para se expressar, associando o prazer à idéia de liberdade, sendo aquele considerado como uma recompensa pelo esforço desempenhado no dia-a-dia. Contudo, é importante ressaltar que, esse direito ao lazer só alcança aquele trabalhador remunerado, pois, a dona de casa que trabalha sete dias por semana não é reconhecida como trabalhadora e, portanto, o lazer não é considerado como um direito seu. Atualmente, no entanto, a situação da mulher também se modificou, pois ela passou a participar ativamente do mercado de trabalho.

Segundo Sant'Anna, o resultado de pesquisas realizadas em torno do tempo livre do trabalhador, vêm demonstrar que um outro fator interfere quanto à ausência do mesmo em clubes de campo ou colônias de férias: além da falta de tempo, é preciso lidar ainda com a falta de dinheiro e as péssimas condições econômicas da maioria assalariada desde a década de 1960. Nessa época, ocorre uma tentativa da classe patronal em disciplinarizar o lazer, procurando corrigir e formar o trabalhador organizando a maneira como usa o seu tempo livre. Sant'Anna destaca duas tecnologias de poder diferenciadas; aquela que se recusa a investir no campo do lazer e, conseqüentemente, é considerada como inimiga dos interesses e direitos do trabalhador, e a outra, a que promove o lazer tornando o trabalhador um aliado do sistema

produtivo. Em ambas é perceptível a lógica da produtividade.

Ela fala das críticas sistemáticas ao uso da televisão, porque, como lazer, a prática de assistir TV nega um dos princípios básicos que definem salientando que é a espontaneidade que deve direcionar o modo de como se deve dispor o tempo livre.<sup>26</sup>

Com referência à influência da TV no cotidiano dos pratenses, constatou-se que, pouco a pouco, se estendeu à maioria das pessoas e, hoje, pode-se dizer que não existe nenhuma casa na cidade que não a possua. Os hábitos começaram a mudar no momento em que o acesso à TV se multiplicou, pois, o tempo livre da maioria delas começou a ser utilizado para assistir à programação de TV que, diferentemente daquela época, hoje é exibida vinte e quatro horas por dia. Assim, os passeios na Praça XV de Novembro tornaram-se cada vez mais raros.

Podemos observar ainda, que ocorreu um deslocamento do movimento que havia à noite na praça, para alguns bares que funcionam atualmente na avenida Brasília, a qual permite o acesso ao trevo de saída para Uberlândia. Segundo os depoimentos, os donos dos bares localizados no seu entorno sofrem ainda a concorrência imposta pelos comerciantes donos dos quiosques e, como já vimos anteriormente, perdem também em relação às regras adotadas quanto à instalação destes no local devido à informalidade com que funcionam. A arrecadação de impostos não segue os mesmos critérios para ambos os estabelecimentos comerciais. Quanto ao porquê da opção feita pelos comerciantes informais em utilizar aquele espaço para desenvolver suas atividades profissionais, as palavras de Luiz Carlos Otoni reforçam que a causa principal:

é a crise econômica que o país tá passando. Eu tinha loja de roupa, e o faturamento não dava pra cobrir nem as despesas dela. Tentei ser representante comercial, mas tá cada vez mais difícil vender qualquer coisa. Então resolvi alugar essa barraca e... como tava dando certo apesar da concorrência ser grande no pedaço... comprei o ponto e hoje sou o proprietário.<sup>27</sup>

<sup>25</sup> SANT'ANNA, Denise Bernuzzi. *O Prazer Justificado: História e Lazer - 1969-1979*. São Paulo: Marco Zero, 1994, p. 37.

<sup>26</sup> SANT'ANNA, Denise Bernuzzi. *Op. cit.*, p. 39.

<sup>27</sup> Luiz Carlos Otoni, 50. Entrevistado em 05/02/2003.

O depoimento acima chama a atenção para a maneira como as regras que normatizam o uso do terreno na praça são elaboradas pelo poder administrativo. Ressaltou-se anteriormente que, dependendo do relacionamento que o interessado possui com o prefeito, lhe é dado o direito de utilizar o terreno pagando uma taxa mínima para isso. Assim o indivíduo não se torna proprietário de um imóvel, pois a área que ocupa para explorar o comércio pertence ao município; é um patrimônio público. Surge então um novo questionamento. É correto que esse ponto comercial seja vendido? Conforme salienta Fábio Camargos, o poder público deveria padronizar a instalação dos quiosques:

seguir um padrão. Você constrói com tantos metros quadrados, com instalação elétrica, infraestrutura, banheiro... uma coisa digna... especificando o número. Seria uma construção padrão, com licitação a cada dois anos. Você pode concorrer pra ter o direito de usar aquilo ali... Hoje, na realidade o que acontece, é que o cara que tem a barraquinha lá, vende o ponto. Aquele ponto que ele obteve por um favor de algum político. Ele está vendendo o que não é dele! É nosso! É do cidadão comum! É desrespeitoso um negócio desse porque ele não pagou por aquela área!<sup>28</sup>



FIGURA 2: Quiosques de folha de zinco na Praça XV no ano 2003.  
Fotografia produzida pela autora. Acervo próprio.

A FIG. 02, retrata a calçada ao sul da quadra norte da Praça XV de Novembro, mostrando o espaço ocupado pelos quiosques. Notamos que um padrão geral não foi adotado para a construção dessas instalações. Nenhum dos quiosques possui instalações sanitárias adequadas e, sendo assim, a água que escorre da pia é despejada diretamente no gramado causando a degradação do ambiente local. Mas será que sem a sua presença ali, a praça não estaria hoje abandonada? Nesse sentido pode-se dizer que há um ponto positivo quanto aos quiosques:

novos hábitos e novas práticas de sociabilidade foram reinventados, além do que, novos usos foram atribuídos àquele espaço; apesar do seu aparente abandono pela administração pública. Reporto-me novamente às palavras de Jérôme Monnet que diz:

uma análise mais profunda da 'crise da cidade' nos leva a perceber que há um 'esquecimento' das crises que ocorreram no passado numa tentativa de eliminar-lhe os aspectos negativos. Ora, o perigo em considerar que antes o espaço

<sup>28</sup> Fábio Camargos Vilela, 44. Entrevistado em 21/07/2004.

urbano era mais equilibrado, a sociedade menos fragmentada, a economia melhor organizada, a ação política mais eficaz, é grande. Essa tentação de se referir a um estado anterior, mais satisfatório na maior parte das vezes, não ajuda os atores envolvidos a imaginar soluções inovadoras e apropriadas para as condições do momento.<sup>29</sup>

Sendo assim, o comércio informal instalado na Praça XV de Novembro, é representado por um grupo de atores que também possui o direito de estarem ali tendo em vista suas necessidades. Porém, é preciso respeitar o espaço do outro e isto só acontecerá no momento em que novas regras forem elaboradas, visando uma participação mais democrática por parte dos interessados, e não é o que ocorre hoje.

Quanto aos vendedores ambulantes, a pesquisa nos mostrou que eles se deslocam para a praça, principalmente, durante a realização de eventos em que ocorre grande concentração de pessoas. Durante o carnaval, além dos carrinhos de cachorro-quente e pipoqueiros; existem barracas provisórias, instaladas pelos comerciantes dos bairros no espaço da praça. Toda estrutura de barzinhos é montada para atender a população, tanto da cidade quanto visitantes, porém esse tipo de comércio só ocorre na temporada de carnaval.

Segundo o Sr. Guilherme, o primeiro pipoqueiro ambulante que trabalhou, e ainda trabalha na Praça XV, onde começou a vender pipoca em um carrinho de madeira. “Eu punha a pipoca na lata, saía pras ruas e vendia”<sup>30</sup>. Um tempo depois, comprou, de segunda mão, um carrinho de algodão tocado no pedal. Mas a máquina de algodão doce apresentou problemas e ele a encostou voltando a vender pipoca.

Quanto ao motivo que o levou a desenvolver a atividade de vendedor ambulante, ele diz o seguinte:

Eu era pedreiro, trabalhava durante o dia. À noite, eu pegava o carrinho de pipoca e ia pra praça e ficava lá até uma três horas da madrugada... chegava em casa lá pelas quatro... Entrava ano... saía ano... essa era a vida que eu levava. Eu comecei a vender pipoca pra completar a renda, porque pedreiro ganhava pouco.<sup>31</sup>

Assim que começou trabalhava sozinho, porém, atualmente enfrenta concorrência, pois, as pessoas são também atraídas pelo que oferecem os outros quiosques ali instalados. Ele diz que:

Tinha dia que eu nem dava conta de atender o povo... formava fila grande pra comprar pipoca. A minha pipoca é especial porque ela é tratada. Eu lavo o milho, boto ele pra seca de novo porque eles usam muito agrotóxico e isso faz mal pro povo. Agora, hoje, os ambulante aumentou demais e vende de tudo. Tem dia que nem vale a pena empurrar o carrinho até lá. Não paga a energia que eu gasto empurrando...<sup>32</sup>

Uma crise econômica foi o fator responsável por levá-lo a trabalhar na praça. Hoje, uma outra crise econômica provoca queda de suas vendas e isso o deixa “*sem energias*” para enfrentar o caminho que o leva até lá. A sua presença, no entanto, chamou a atenção para o fato de que, além das transformações também ocorreram permanências na praça. Esse personagem fez parte da infância das crianças de outrora e continua sua história com as crianças de hoje. O carrinho que utiliza ainda é o mesmo dos meus tempos de criança.

<sup>29</sup> MONNET, Jérôme. *Op. cit.*, p. 127.

<sup>30</sup> Guilherme Valeriano, 84. Entrevistado em 04/02/2003.

<sup>31</sup> *Idem.*

<sup>32</sup> Guilherme Valeriano.



FIGURA 3: Engraxates na Praça XV na década de 1970.  
Fotografia produzida por Cícero Junqueira. Acervo próprio.

O serviço dos engraxates também era uma prática constante no ambiente da Praça XV de Novembro. Na ilustração 03, um momento em que eles trabalhavam ali foi retratado por Cícero Alves Junqueira. É uma fotografia produzida em 1979 e mostra um grupo de meninos sentados nos bancos da praça à espera de clientes. Ao contrário do que se poderia supor não se mostram tristes quanto à sua condição de trabalhadores precoces, aliás, suas feições denotam a peraltice inerente a essa fase da infância. Nota-se que o número de caixas de engraxar é desproporcional ao número de garotos: duas caixas, para oito garotos. Conclui-se que só dois deles eram engraxates e os outros, amigos de traquinagens. A caixa de chapéu na cabeça do menino nos remete à simplicidade com que as crianças encaram o mundo dos brinquedos e que foi explicitada por Walter Benjamin<sup>33</sup>. Conforme o autor, qualquer objeto, mesmo o mais simples, pode despertar a imaginação infantil. Para o garoto

fotografado, a caixa de chapéu deixou de ser apenas uma embalagem para se tornar, talvez, o elmo capaz de transformá-lo no herói imaginário.

A expressão alegre estampada no rosto de cada menino pode significar que o ato de engraxar sapatos não era encarado por eles como uma obrigação que lhes era imposta. Será que não se aproveitavam desse expediente de trabalho para desenvolver os laços de amizade e convivência que, naquele local, acontecia longe da vigilância dos pais? Talvez, mais importante que isso, para as crianças, era o ato de estar na praça, estar com os amigos, todos juntos; já que essa prática não se restringia apenas às crianças pobres. Mesmo aqueles que tinham posses mais elevadas, como Wagner Donizeth cujo pai era dentista, a praticava:

A gente ia no sábado para a praça engraxar porque o sábado era dia de casamento. Então, o pessoal chegava da roça pra ir nos casamentos... todo mundo passava ali para engraxar os sapatos pra ir

<sup>33</sup> BENJAMIN, Walter. *Reflexões sobre a criança, o brinquedo e a educação*. São Paulo: Ed. 34/Duas Cidades, 2002, p. 100.

nos casamentos. Assim, a gente ganhava um troco pra ir na matinê de domingo<sup>34</sup>

A relação que essas crianças desenvolviam no espaço da praça era peculiar, pois ali as diferenças eram mínimas e o que mais importava era o fato de poderem conviver num ambiente que propiciava uma relação de igualdade. “Éramos todos amigos”. Palavras como essas foram repetidas em vários dos depoimentos colhidos entre aquelas crianças, hoje adultos que, há décadas atrás brincavam naquele local.

A prestação de serviços que ocorre na Praça XV de Novembro é reflexo da conjuntura econômica do país. Dependendo das mudanças que são implementadas na economia, os cidadãos precisam se adaptar às novas perspectivas. Isso tem levado vários deles a procurar uma nova adaptação à realidade e o trabalho informal praticado no espaço das praças tem sido a opção encontrada por eles.

## Referências:

ARAÚJO, Hermetes Reis de. *A Invenção do Litoral: reformas urbanas e reajustamento social em Florianópolis na Primeira República*. Dissertação. São Paulo: PUC, 1989.

ARENDT, Hannah. *A Condição Humana*. Rio de Janeiro: Forense, 1981.

BENJAMIN, Walter. *Reflexões sobre a criança, o brinquedo e a educação*. Trad. Vinicius Mazzau. São Paulo: Ed. 34/Duas Cidades, 2002.

CARRIJO, Gilson Goulart. *Fotografia e a invenção do espaço urbano: consideração sobre a relação entre estética e política*. Dissertação (mestrado) Universidade Federal de Uberlândia, Programa de Pós-Graduação em História, 2002.

CARVALHO, Áurea Maria de F. *Fotografia como fonte de pesquisa*. Rio de Janeiro: FNPM/Museu Imperial, 1986.

GRANET-ABISSET, Anne Marie. O historiador e a fotografia. In: *Revista Projeto História*, São Paulo. (24), Jun.2002.

HOLANDA, Sérgio Buarque de. *Raízes do Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

HOLANDA, Heloísa Buarque de. Cidade ou Cidades. In: *Revista do Patrimônio Histórico Artístico Nacional*, (23), 1994.

MONNET, Jérôme. O Álibi do Patrimônio: crise, gestão urbana e nostalgia do passado. *Revista do Patrimônio Histórico Artístico Nacional*, RJ, n. 20, p. 227, 1991

SALDANHA, Nelson. *O Jardim e a Praça: o privado e o público na vida social e histórica*. São Paulo: EDUSP, 1993.

---

<sup>34</sup> Wagner Donizeth Vilela, 48. Entrevistado em 24/06/2004.

